

Junho e Julho 2021  
BPC Policy Brief | V. 11 N. 5

# BPC Policy Brief

Cadernos BRICS-Urbe

BRICS Monitor

## Desigualdade e Políticas Públicas nas sociedades



BRICS  
Policy Center  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS



## Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), think thank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/  
RJ Telefone: +55 21 2535-0447 / CEP: 22280-020  
[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org)  
[bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)

## Equipe BPC

Diretor do Instituto de Relações Internacionais  
**Luis Manuel Rebelo Fernandes**

Diretora do BRICS Policy Center  
**Ana Saggiaro Garcia**

Conselho Acadêmico  
**Luis Manuel Fernandes**  
**Maria Elena Rodriguez**  
**Paulo Esteves**

Coordenadora Administrativa  
**Lia Frota e Lopes**

Assistente Administrativa  
**Luana Freitas**

Gerente de Projetos Internacionais  
**Thalyta Ferraz**



BRICS  
Policy Center  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS



## Brics-Urbe

COORDENADOR  
**Sérgio Veloso dos Santos Júnior**

AUTORES  
**Ana Clara Quaresma**  
**Cândido Grinsztein Rodrigues**  
**Henrique do Amparo Teixeira Bouço**  
**Livia Almeida**  
**Mariana Resende de Paiva**  
**Nathália Rezende**  
**Tatiana Abreu**  
**Tayná Proença.**

Diagramação e Design  
**Cláudia Soares**

### BPC Policy Brief V. 11 N. 05

Junho e Julho/2021.

Rio de Janeiro. PUC - BRICS Policy Center  
**ISSN: 2318-1818**

32 p ; 29,7 cm

Palavras-chave:

1. Desigualdade 2. Gênero 3. Saúde pública 4. Plataformas digitais 5. Pandemia COVID-19.



## Apresentação

Criada no Reino Unido em 1919 como uma disciplina acadêmica formal, Relações Internacionais pode ser entendida como uma espécie de inovação do período do pós Primeira Guerra. Na chave de todas as transformações que marcaram esse período crítico da história recente, a criação dessa nova forma de pensar o mundo representou uma inovação epistemológica, a partir da qual as ciências sociais e humanas passam a ser agrupadas na chave de uma disciplina que nasce com um propósito: lidar com o problema da guerra.

Essa publicação busca recuperar essa razão prática original das RI, mas entendendo que, no mundo de hoje, o principal problema a ser resolvido já não é mais a guerra. Após décadas de expansão e consolidação global da forma neoliberal do capitalismo, a desigualdade, nas suas múltiplas manifestações, emerge como o principal problema de nossa época. Estudos recentes, como os elaborados pela Oxfam em 2015, evidenciam estatisticamente que, desde que se tem notícias, nosso mundo nunca foi tão desigual. A maior parte de toda riqueza produzida e acumulada no mundo de hoje se concentra nas mãos de alguns poucos homens.

Diante desse cenário, convidei alguns alunos de graduação de Relações Internacionais na PUC-Rio a desenvolverem, como exercício final do curso de estudos avançados “Desigualdades e políticas públicas nas sociedades contemporâneas” a refletirem sobre dimensões distintas do problema da desigualdade em um esforço de encontrar formas de resolver esse problema.

Dos textos apresentados, selecionei os quatro que achei que foram capazes de apresentar reflexões mais profundas e que evidenciassem o engajamento dos alunos com a temática. Ao longo deles, o leitor encontrará jovens graduandos se esforçando não só para compreender as dinâmicas e dimensões das desigualdades em uma perspectiva teórica, mas, acima de tudo, dispostos a situarem a si mesmos no cenário mais amplos das desigualdades, reconhecendo lugares de fala e buscando encontrar saídas para uma problemática que atravessa e impacta a todos nós, mas também de modo desigual.

**Sérgio Veloso**, Professor de Relações Internacionais da PUC-Rio e coordenador do BRICS-Urbe.

## Sumário

<b>1. Desigualdade de gênero e os impactos do coronavírus</b>	<b>5</b>
<b>2. Causas e desafios da desigualdade na saúde no Brasil: o papel e importância das políticas públicas como forma de combate à desigualdade .....</b>	<b>12</b>
<b>3. Desigualdade educacional na Maré: um estudo sobre sua co-constituição como território no Rio de Janeiro .....</b>	<b>20</b>
<b>4. Desigualdade Laboral nas Plataformas Digitais de Entrega de Comida .....</b>	<b>25</b>

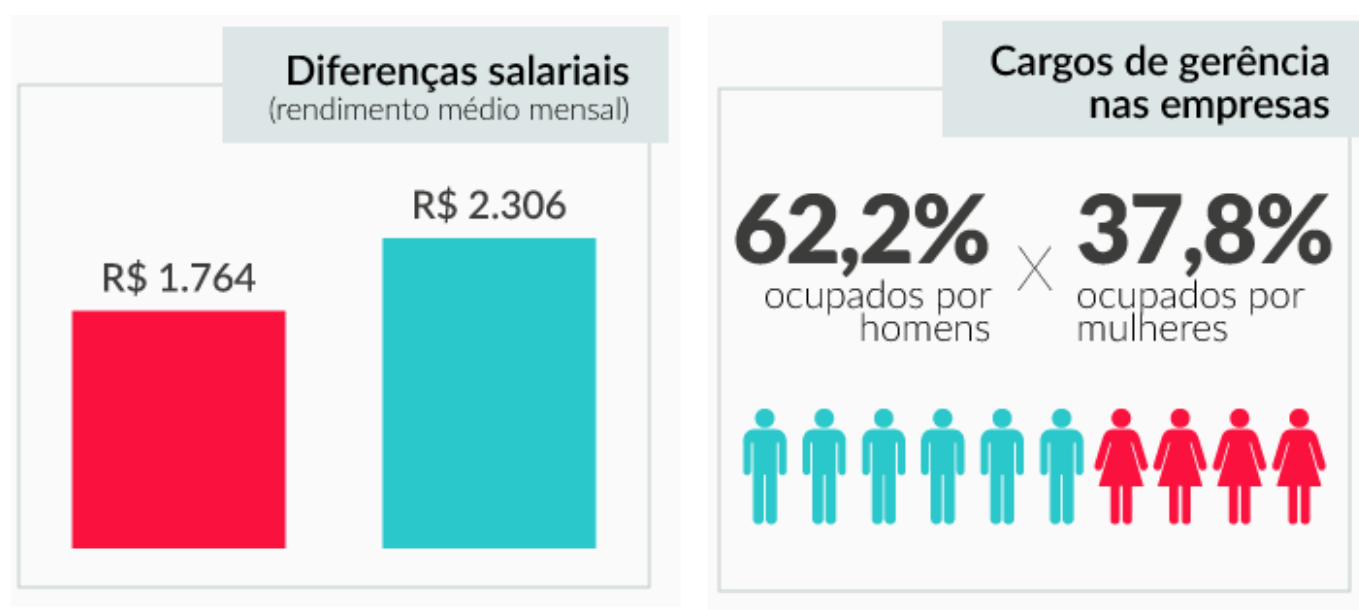
# Desigualdade de gênero e os impactos do coronavírus

Nathália Rezende e Tayná Proença

## 1. A Desigualdade de Gênero

A nossa sociedade está estruturada sobre uma série de desigualdades, dentre elas, a desigualdade de gênero, que demonstra a disparidade de poder entre homens e mulheres. O poder, nesse sentido, refere-se ao acesso desigual aos direitos e oportunidades, principalmente nos âmbitos econômico e político (Rossi, 2020)

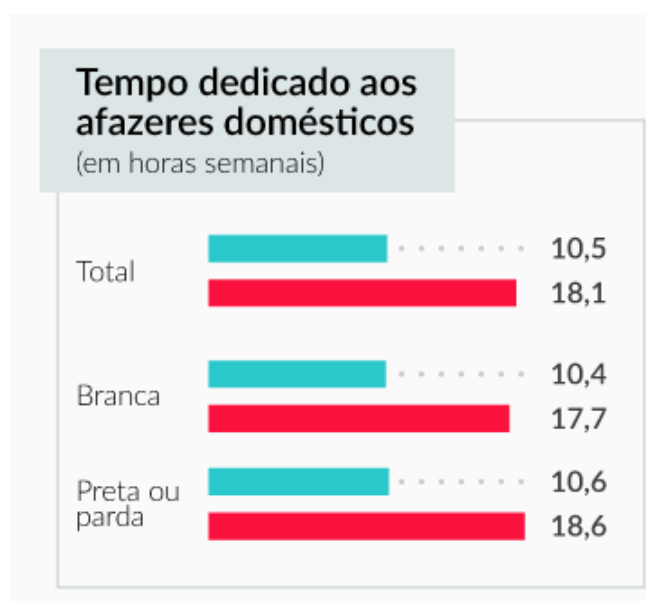
No contexto econômico, a desigualdade de gênero pode ser observada tendo em vista que as mulheres tendem a ganhar menos que os homens e estão em menor número em posições de liderança, como pode ser observado nos gráficos abaixo. Além disso, as mulheres são mais suscetíveis ao desemprego ou ao emprego informal, além de serem direcionadas para o trabalho não-remunerado, ao cuidarem da casa e da família (Rossi, 2020).



Fonte: Calegari, 2018.

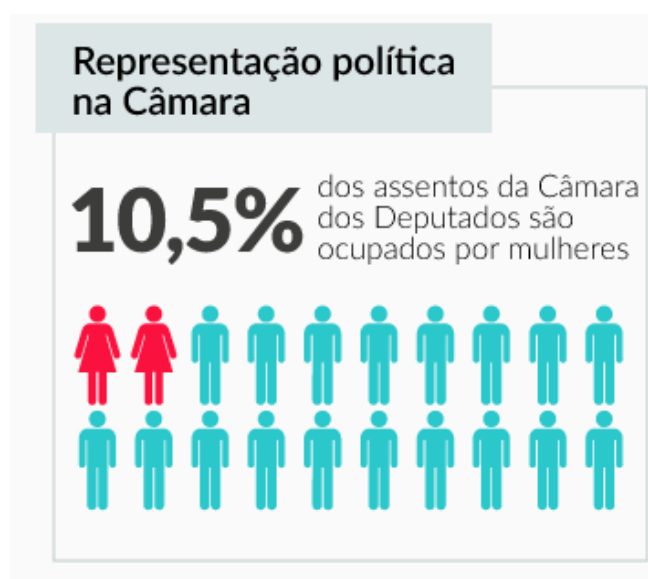
De acordo com o Boletim da Vigilância Socioassistencial nº5 – Mulheres no SUAS (Sistema Único de Assistência Social), os dados de 2017 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que 88% das mulheres ainda são responsáveis pelos afazeres domésticos, o que dificulta a inserção, em condições igualitárias, da população feminina no mercado de trabalho (Rossi, 2020).

O gráfico abaixo ilustra como as mulheres dedicam mais tempo aos afazeres domésticos do que os homens, fato que torna a sua jornada mais cansativa.



Fonte: Calegari, 2018.

Além disso, o fato de dedicarem tanto tempo a casa e a família também é um obstáculo para sua inserção na vida política. No gráfico abaixo, observa-se um menor número de mulheres como tomadoras de decisão, o que dificulta a criação de políticas que buscam a redução dessa desigualdade e o empoderamento das mulheres sobre seus próprios corpos e vida (Rossi, 2020).



Fonte: Calegari, 2018.

Pensando em termos populacionais, as mulheres no Brasil são maioria, representando 51,48% da população nacional. Entretanto, essa parcela da sociedade é tida como uma minoria social, considerada inferior aos homens. Essa percepção advém do fato de que antigamente a sobrevivência dependia de capacidades físicas, portanto, como os homens eram fisicamente mais fortes do que as mulheres, assumiam posições de liderança das suas famílias, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelas tarefas domésticas e pelos cuidados com os filhos. (Adichie, 2013)

Posteriormente, esse modelo foi transposto do âmbito privado para o público, com a construção de um sistema político patriarcal. No entanto, os dias atuais demandam qualidades de inteligência e criatividade, que não são atreladas a qualquer característica biológica e, portanto, homens e mulheres são igualmente capazes de desempenhar as mesmas funções sociais (Adichie, 2013).

Nesse contexto, apesar de as mulheres terem adquirido, por lei, igualdade de direitos através da luta do movimento feminista que surge na década de 70, na prática, elas ainda são discriminadas e privadas dos mesmos direitos e oportunidades. Outro aspecto dessa relação de dominação e submissão é que, frequentemente, elas se tornam alvo de diversas formas de violência (Rossi, 2020), como mostrado na tabela a seguir a respeito do estado do Rio de Janeiro.

**Dados sobre violência contra a mulher segundo as formas de violência – Estado do Rio de Janeiro – 2018**

Formas de violência	Delitos	Total de vítimas	Vítimas mulheres	% de vítimas mulheres
Violência física	Homicídio doloso	4.950	350	7,1%
	Feminicídio	-	71	-
	Tentativa de homicídio	6.242	729	11,7%
	Tentativa de feminicídio	-	288	-
	Lesão corporal dolosa	63.323	41.344	65,3%
Violência sexual	Estupro	5.310	4.543	85,6%
	Tentativa de estupro	339	308	90,9%
	Assédio sexual	165	150	90,9%
	Importunação ofensiva ao pudor	689	638	92,6%
	Ato obsceno	294	193	65,6%
Violência patrimonial	Dano	4.949	2.743	55,4%
	Violação de domicílio	3.239	2.223	68,6%
	Supressão de documentos	591	364	61,6%
Violência moral	Calúnia/ Difamação/ Injúria	40.961	29.665	72,4%
Violência psicológica	Ameaça	56.009	37.423	66,8%
	Constrangimento ilegal	762	404	53,0%

Fonte: ISP, 2019.

O INDEC define violência contra mulher como “toda conduta, ação ou omissão que de maneira direta ou indireta, tanto no âmbito público como privado, baseada em uma relação desigual de poder, afete sua vida, liberdade, dignidade, integridade física, psicológica, sexual, econômica ou patrimonial, como também sua segurança pessoal. Sendo incluídas também aquelas perpetradas pelo Estado ou seus agentes” (INDEC, 2018, p.17). A violência contra as mulheres é, nesse sentido, uma problemática pública estrutural que engloba dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. Além disso, atualmente, é a violação de direitos humanos mais frequente e generalizada em todo o mundo (ONU Mulheres, 2018).

Tendo em vista o impacto dessas desigualdades para a vida das mulheres, esse artigo visa compreender a questão da desigualdade de gênero à luz da teoria de Charles Tilly. Além disso, esse trabalho aponta como a pandemia do coronavírus agrava essa desigualdade entre homens e mulheres.

## **2. Aplicação da teoria de Charles Tilly**

Em seu livro “Durable Inequality”, de 1998, Charles Tilly, trata do problema da permanência das desigualdades nas sociedades, tendo em vista que em todas as fases da história humana, observa-se a existência de disparidades. Nesse sentido, Tilly formula “pares categóricos” que possibilitam enxergar o caráter estrutural das desigualdades, rompendo com a leitura liberal que tenta fundamentar as diferenças entre os seres humanos tendo em vista suas capacidades cognitivas (Tilly, 1998, p.28-29). No caso da desigualdade de gênero, tratada nesse artigo, o par categórico se caracteriza por homem versus mulher, onde o homem é visto como o par positivo, em detrimento da mulher, que é o par negativo (Tilly, 1998, p.13).

O autor Charles Tilly usa conceitos de Weber e Marx para traçar uma relação entre recursos e desigualdade. Assim sendo, Tilly argumenta que os mecanismos de exploração e o acúmulo de oportunidades são responsáveis por produzir essas desigualdades. A exploração ocorre quando uma porção da população produz excedente que é explorado e monopolizado por outra parcela da população (Tilly, 1998, p.15). No caso da desigualdade de gênero, as mulheres são exploradas pelos homens, visto que ganham menos, além de serem responsáveis pelo trabalho doméstico, que não é remunerado.

O acúmulo de oportunidades complementa a exploração, pois o grupo dominante se apropria do acesso a recursos valiosos (Tilly, 1998, p.16), como, por exemplo, o poder político, a educação de qualidade e cargos profissionais de liderança com melhores salários. Essas duas categorias se sustentam, pois, apesar de as mulheres buscarem um maior nível de escolaridade, na maioria das vezes, só conseguem acessar cargos profissionais com menor status e recebem menores salários, quando comparado a homens com a mesma capacitação. Além disso, o acúmulo de tarefas domésticas não representa somente uma sobrecarga para as mulheres, mas é também outro obstáculo ao buscarem adentrar no mercado de trabalho, visto que são preteridas em relação a outros concorrentes que não possuem responsabilidades familiares.

Enquanto isso, os mecanismos de emulação e adaptação apesar de não produzirem desigualdades, reforçam as distinções categóricas. Isso ocorre, pois, na emulação, os grupos marginalizados pelo processo de desigualdade se apropriam de estruturas organizacionais já existentes. Por essa razão, as relações desiguais dentro dessas estruturas se mantêm. Já na adaptação, os grupos mais abaixo da assimetria optam por criar suas próprias redes de ajuda mútua, no entanto, continuam a seguir as divisões já existentes (Tilly, 1998, p.72-73).



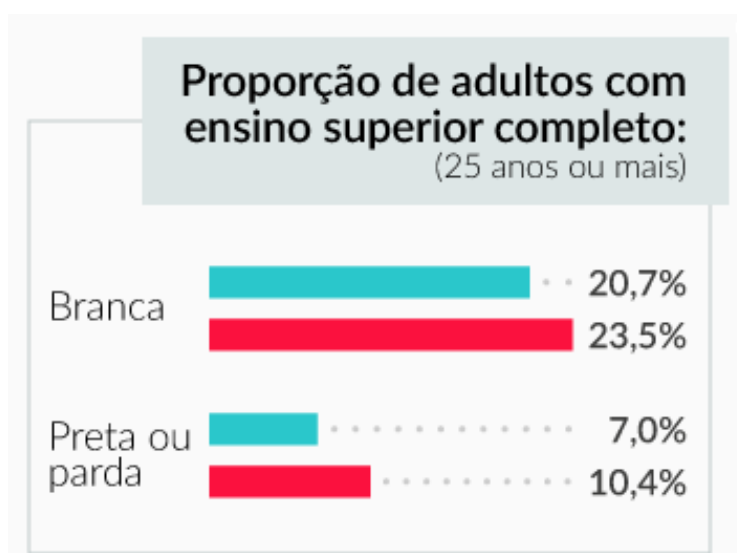
### 3. Impactos do coronavírus sobre a desigualdade de gênero

A pandemia do coronavírus ampliou ainda mais as desigualdades entre homens e mulheres. Em termos econômicos, o setor informal é um dos que mais sofre com a redução da atividade econômica. Como as mulheres são mais suscetíveis ao emprego informal, elas são as mais atingidas, perdendo seus meios de subsistência. Além disso, essa categoria de empregos não fornece auxílios, como o seguro desemprego, para compensar a perda da renda (ONU Mulheres, 2020, p.1).

Outra categoria afetada é a das funcionárias domésticas, que ficaram sobrecarregadas com o aumento das tarefas em suas residências e com o cuidado das crianças durante o fechamento das escolas, somado ao aumento do trabalho nas casas dos seus patrões, pelos mesmos motivos. Nesse contexto, essas trabalhadoras também são prejudicadas ao colocarem sua saúde em risco por terem que continuar indo ao trabalho. Em outros casos, as famílias para as quais trabalhavam optaram por dispensar seus serviços devido ao medo de serem contaminadas, nesse caso, essas funcionárias têm sua renda afetada (ONU Mulheres, 2020, p.1-2).

Contudo, as mulheres, em geral, são as mais atingidas pela pandemia já que são, normalmente, as responsáveis pelo trabalho não-remunerado, e nesse contexto de sobrecarga dos sistemas de saúde, ficam encarregadas de cuidar dos membros da família que adoeceram. Assim, as mulheres que já enfrentam uma jornada dupla em condições normais, acabam tendo que conciliar todas as suas atividades ao mesmo tempo (Rossi, 2020).

Esse aumento da carga de atividades domésticas pode acarretar a evasão escolar de meninas e mulheres, já que, em tempos normais, isso representa 11,5% dos motivos para esse tipo de abandono, de acordo com o IBGE. Essa situação contribui para a continuação da discrepância nos salários entre homens e mulheres, visto que as mesmas tendem a buscar maiores taxas de escolaridade com objetivo de conseguirem melhores salários, e ainda assim não os alcançam (Basílio, 2020). Como pode ser observado no gráfico a seguir, esse problema é ainda mais acentuado no caso de mulheres negras, visto o caráter de interseccionalidade das desigualdades de gênero e raça.



Fonte: Calegari, 2018.

O aumento da incerteza provocada por esse cenário de pandemia e crise econômica, ocasiona o aumento do estresse social. Na mesma medida, crescem os casos de violência contra as mulheres no isolamento social, registrando um aumento de 431% em relatos de brigas de casal, e de 22,2% nos casos de feminicídio no período de março para abril desse ano (Estadão, 2020). Nesse sentido, é importante ressaltar que as mesmas são obrigadas a permanecer mais tempo no próprio lar, junto ao seu agressor.

Além disso, o isolamento social dificulta que as mulheres abandonem relacionamentos abusivos, pois ficam mais dependentes da renda dos seus parceiros, além de reduzir as possibilidades de denúncia, uma vez que por conta do isolamento não elas têm conseguido sair de casa para fazê-la ou têm medo de realizá-la, dada a proximidade do parceiro. Ademais, as mulheres, que, normalmente, são as maiores usuárias de serviços de Assistência Social, ficam sem essas redes de apoio devido às medidas de distanciamento social (OXFAM, 2020).

## **4. Considerações Finais**

Portanto, ainda que a crise do coronavírus afete todas as pessoas, é evidente que alguns grupos sofrem mais que outros, como é o caso das mulheres, que enfrentam ameaças adicionais devido a desigualdade de gênero e os papéis sociais que são impostos a elas por conta do caráter patriarcal de nossa sociedade. Por essa razão, compreender esses impactos diferenciados causados pelo COVID-19 é fundamental para elaborar medidas que diminuam essas vulnerabilidades e contribuam para a autonomia das mulheres (PNUD, 2020).

Nesse sentido, é preciso tratar do problema da desigualdade de gênero enraizado na sociedade através do estabelecimento de direitos iguais e políticas de equidade, que levam em consideração as diferentes necessidades de cada grupo. Algumas alternativas para auxiliar a reinserção das mulheres no mercado de trabalho devem partir de políticas públicas de abertura de vagas em pré-escolas, creches e escolas de tempo integral. Além disso, é preciso fomentar o debate e a desconstrução dos papéis sociais atrelados ao gênero a fim de tornar o mercado de trabalho e a sociedade mais igualitários em termos de oportunidades para homens e mulheres.

## 5. Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozie. We should all be feminists. 2013. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU\\_qWc&ab\\_channel=TEDxTalks](https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc&ab_channel=TEDxTalks) Acesso em: 02 nov. 2020.

BASILIO, Ana Luiza. Por que a pandemia pode contribuir com a evasão escolar? Carta Capital, 03 set. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-a-pandemia-pode-contribuir-com-a-evasao-escolar/> Acesso em: 03 nov. 2020.

CALEGARI, Luiza. A desigualdade de gênero no Brasil em um gráfico. Revista Exame, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/a-desigualdade-de-genero-no-brasil-em-um-grafico/>. Acesso 16 dez. 2020.

INDEC. Registro único de casos de violência contra las mujeres: resultados 2013-2018. Argentina, 2018. Disponível em: [https://www.indec.gob.ar/uploads/informesde%20prensa/ruc-vm\\_03\\_19.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesde%20prensa/ruc-vm_03_19.pdf). Acesso em: 02 nov. 2020.

Instituto de Segurança Pública. Dossiê Mulher. ISP, 2019. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=4>. Acesso em: 16 dez. 2020.

ONU. Mensagem de Phumzile Mlambo-Ngcuka pelo Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. ONU Mulheres, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mensagem-phumzile-mlambo-ngcuka-secretaria-geral-adjunta-e-diretora-da-onu-mulheres-por-ocasio-do-dia-internacional-pela-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres-25-de-novembro-de-2018> Acesso em: 02 nov. 2020.

ONU. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de Gênero na Resposta. ONU Mulheres, 2020. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf) . Acesso em: 03 nov. 2020.

OXFAM. 6 razões pelas quais o impacto do coronavírus sobre as mulheres é maior. OXFAM, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/6-razoes-pelas-quais-o-impacto-do-coronavirus-sobre-as-mulheres-e-maior/> Acesso em: 03 nov. 2020

PNUD. O que o coronavírus significa para as mulheres. PNUD, 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/o-que-o-coronavirus-significa-para-as-mulheres.html>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ROSSI, Camila Félix. Desigualdade de gênero e violência contra a mulher no contexto da pandemia do coronavírus. UFSCAR, 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/desigualdade-de-genero-e-a-violencia-contra-a-mulher-no-contexto-da-pandemia-do-coronavirus/> Acesso em: 01 nov. 2020.

TILLY, Charles. Durable Inequality. University of California Press, 1998.

Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%. Revista Isto é, 01 jul. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/> Acesso em: 02 nov. 2020.

# Causas e desafios da desigualdade na saúde no Brasil: o papel e importância das políticas públicas como forma de combate à desigualdade

Lívia Almeida e Tatiana Abreu

## 1. Introdução

Ao longo de 2020, durante o período da Pandemia do Covid-19, a desigualdade no âmbito da saúde se mostrou ainda mais evidente no Brasil. Há a contraposição de um Sistema Único de Saúde que atende  $\frac{3}{4}$  da população brasileira, contudo, a corrida para as emergências/UTI somada ao número de pessoas que morreram em casa sem assistência diante de hospitais particulares com vagas evidenciou esta disparidade num contexto onde 55% do total leitos estão na rede privada (dados de março de 2020 - Manifesto Leito para Todos). Sendo assim, há uma diferença no acesso ao atendimento que provoca diariamente a morte de brasileiros.

Para analisar esta problemática do ponto de vista entre o público e privado (Capítulo 2), o trabalho se baseia no artigo da cientista política Telma Menicucci (2009), tratando das deficiências da saúde pública como consequência de aspectos do período de implementação, como suas bases sociais de apoio frágeis e o papel do Estado diante do cenário nacional e internacional. E do artigo de Cátia Guimarães (2020), publicado no Portal da FioCruz, onde essa desigualdade se manifesta de maneira ainda mais agravada na crise sanitária causada pela pandemia.

Em seguida (Capítulo 3), será abordada a temática da desigualdade entre os sistemas de saúde e como se desenvolve o objetivo de se obter um plano de saúde privado. Também foi utilizado como base o artigo da cientista política Telma Menicucci (2009), quanto à questão do sistema híbrido do SUS em que ocorre a dependência do sistema público em relação à rede privada prestadora de serviços. E o livro *Durable Inequality* de Charles Tilly (1998), em que são utilizados os conceitos de emulação e a adaptação para explicar como o sistema privado se adapta para reforçar e tornar persistente a desigualdade dentro do setor. Posteriormente, trazendo essa discussão para uma estratificação menor, será abordado também aspectos focados na cidade do Rio de Janeiro que fizeram com que a pandemia se mostrasse de uma forma particular no que diz respeito a evidenciar a desigualdade de acesso à Saúde dentro do território (Capítulo 4).

Por fim, será exposta a necessidade de políticas públicas com finalidade de melhorar o SUS, atacando os aspectos que aqui serão apresentados como principais causadores de desigualdade na saúde. Logo, evidenciando a importância do sistema público de saúde em contrapartida com a desigualdade hoje presente, será enfatizada a necessidade de se lutar pelo SUS e de se propor políticas para maior eficiência de sua atuação nos aspectos de atendimento onde a desigualdade está mais evidente.

## **2. Desigualdade entre Sistema Público e Sistema Privado**

Telma Menicucci (2009), aborda três questões importantes referentes ao SUS por ocasião do aniversário de 20 anos. Ela olha para (a) o processo de implementação do SUS, (b) os avanços efetivos em relação ao acesso, à integralidade e à gestão e (c) os desafios decorrentes de fatores exógenos a esse sistema. A seguir, com o foco no primeiro tópico estudado pela autora, será visto como as instituições que historicamente privilegiam uma classe se mantêm na (re) produção de desigualdades.

No seu processo de implementação e em seu próprio nome, o objetivo do SUS na Constituição de 1988 era de um sistema único, integral, gratuito e igualitário. Sua aplicação, de fato, ocorreu ao longo da década de 90, onde os cenários nacional e internacional colaboraram para que os objetivos de sua criação não fossem alcançados em sua totalidade. Por exemplo, na primeira metade dessa década, o Brasil passava por um problema de desestabilidade monetária, onde se vivia uma crise da moeda nacional concretizada numa espiral inflacionária. Nesse sentido, o controle fiscal era uma ferramenta muito importante para controle da inflação, de modo que a redução de gastos públicos era a ferramenta chave.

No entanto, a implementação do SUS era um processo que necessitaria muito investimento do Estado. Menicucci afirma que o sucesso de uma política pública, além da iniciativa governamental, necessita da disponibilidade de instrumentos para sua efetivação, estando os recursos financeiros dentre estes. A autora considera a fragilidade das bases de apoio a principal causa da desigualdade do sistema. Sem apoio da classe política e dos grupos sociais a serem afetados positivamente pela política pública, esta perde legitimidade. Neste caso, toda a população brasileira compõe o grupo que seria afetado positivamente por um sistema público de saúde, porém, uma vez que a sociedade já era segmentada, ela se posicionou de forma diferente na questão de apoio.

Além de ser uma política pública cujos benefícios não são de curto prazo, o que não a torna prioridade para políticos que só pensam em reeleição, as políticas prévias tiveram o foco em institucionalizar formas de financiamento, provisão e acesso a assistência encorajando cada vez mais o desenvolvimento da saúde privada num cenário difícil de reverter. Por conseguinte, num panorama com a segmentação da sociedade, onde através de contratos prévios de trabalho parte privilegiada da população possuía assistência médica, se enraizou o pensamento de que o público era para o pobre e o privado para o rico. O que enfim se institucionaliza no fim da década de 90, onde ao invés do planejado na Constituição, se adota um sistema híbrido. A teoria de políticas públicas no âmbito da economia explicita a importância da coordenação da sociedade na luta por determinada política, contudo, as instituições carregaram durante o processo de consolidação do SUS essa disparidade.

Fato é que apesar dos entraves o Sistema Único de Saúde do Brasil é muito bom, atendendo gratuitamente mais pessoas do que em qualquer outro país no mundo. Além das questões de saneamento e vigilância sanitária, o SUS atua na disponibilização gratuita de remédios através da Farmácia Popular, além de medicações para doenças como a AIDS e Diabetes. É responsável pelas cirurgias de transplante de órgãos e tratamentos para raros tipos de câncer. Atua nas áreas de pesquisa, exames, cirurgias, diagnósticos, imunização (vacinas) etc. Serviços presentes no cotidiano de toda a população brasileira.

Sendo o SUS a única forma de atendimento possível para cerca de 77% da população brasileira, existem alguns serviços que a demanda supera sua capacidade, fato que foi evidenciado ao longo de 2020 na pandemia do Covid-19.. É a este aspecto que Cátia Guimarães (ao portal da FioCruz em 2020) enfatiza, por exemplo comparando as quantidades de leitos disponíveis por habitantes: “(...) os leitos de UTI do país distribuídos entre público e privado eram de, respectivamente 22,8 mil e 23 mil.”; e o número de leitos por demanda por setor deve evidenciar ainda mais essa desigualdade de distribuição.

Com isso, é possível entender as manchetes de jornais ao longo do segundo trimestre do ano, onde as emergências de hospitais públicos estavam cheias de modo que pessoas morriam em casa; enquanto alguns hospitais particulares tinham leitos vagos. Sendo assim, é principalmente uma questão de capacidade de atender a população (com recursos e com profissionais da saúde), evidenciando a importância de políticas públicas mais eficientes na alocação dos recursos da saúde. A administração atual do SUS se revela numa dependência do privado, tanto nos serviços prestados dentro dos hospitais públicos com empresas terceirizadas com altos valores contratuais, quanto na obtenção de materiais e equipamentos (como aluguel de leitos particulares).

Para Telma Menicucci, o caminho para a resolução dessa problemática não se trata da total desassociação do privado, mas sim de uma parceria. Do ponto de vista deste trabalho, a melhor alocação dos recursos financeiros, a partir de uma reforma administrativa, permitiria que o sistema público de saúde se tornasse mais independente; sendo assim, precisaria ajustar a capacidade e reestruturação dos hospitais além de medidas para a sua autonomia, a partir da coordenação das três esferas do Estado.

Porém, mesmo com tamanha ajuda do SUS através de suas prestações de serviços para a sociedade, por que não há uma maior luta pelo SUS? Apesar da coordenação geral da população poder pressionar atuais políticos a implementarem a reforma necessária, ainda que o SUS vá a ter uma excelente capacidade de atuação, isto não acontece. Uma das razões é a atuação do próprio Estado, agindo como vetor de desigualdades através, da isenção fiscal que financia indiretamente o sistema privado. Com tais incentivos, usuários dos planos de saúde não são estimulados a lutarem pelo sistema público; isso realça cada vez mais o sistema híbrido. Além disso, a falta de suporte político é justificada na imagem negativa que se passa do SUS (tanto pela mídia quanto pelo próprio Estado), que os políticos se respaldam para não agirem na melhora de sua qualidade. Isso limita recursos disponibilizados e reforça a ideia de que o SUS é para os pobres.



### 3. Desigualdade dentro do Sistema Privado

Telma Menicucci (2009), aborda uma questão muito importante quando discutimos o sistema híbrido do SUS: a dependência do sistema público em relação à rede privada prestadora de serviços. A cientista diz que “Em função das diferenças de valores pagos aos prestadores, caso o estabelecimento tenha condições favoráveis no mercado que lhe permitam prescindir do SUS, a sua opção será sempre vender serviços para os planos de saúde, exceto nos procedimentos para os quais os valores pagos pelo SUS sejam superiores.”. Portanto, a maioria dos estabelecimentos privados lucrativos optam por vender a maior parte dos seus serviços para os planos de saúde privados. Quando parte dos clientes privados utiliza serviços de graça e custosos do SUS.

O sistema privado de saúde possui uma grande limitação de acesso por renda. Diferente do que é o projeto do SUS, é um sistema complementar e pontual que não possui objetivo de integralidade. Regulamentado e controlado pelo governo federal, é composto por empresas de medicina de grupo (principalmente pré-pagas) e planos privados de assistência à saúde e do pagamento direto para liberação de atendimentos e consultas. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a agência reguladora dos Planos de Saúde no Brasil, são 743 operadoras de planos de saúde ativas no país, o que significa cerca de 29% da população brasileira assistida por uma modalidade de plano privado de assistência hospitalar e ambulatorial. Em função do cenário de crise e desemprego estipula-se 11% de inadimplência no setor que cresceu diante a pandemia da Covid-19.

Ao voltar o olhar para o estado do Rio de Janeiro, são mais de 5 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares (-48.709 do ano passado), o que significa apenas cerca de 31% da população com acesso a planos de saúde. Nos últimos 10 anos, foi o estado que mais perdeu hospitais privados, cerca de menos 10 mil leitos. São apenas 82 leitos de UTI por 100 mil habitantes com plano de saúde. O cenário de crise faz com que cada vez mais pessoas percam condições de pagar um plano de saúde e é nesse contexto que ocorre o aumento dos prestadores de serviço que fidelizam o cliente (paciente) com um contrato de saúde mais barato e acessível.

Para explicar o surgimento dos planos mais acessíveis, os conceitos de emulação e adaptação de Charles Tilly em *Durable Inequality* (1998) foram utilizados. De acordo com o autor, a emulação é a cópia de modelos organizacionais estabelecidos e/ ou o transplante das relações sociais existentes de um ambiente para outro, e adaptação é a elaboração/ criação de próprias estruturas/ redes de apoio e de suporte. Ambos os conceitos mantêm tais distinções no lugar, tornando-as habituais e às vezes até essenciais para exploradores e explorados. Reforçam a desigualdade e a tornam persistente. Portanto, a ascensão social fica cada vez mais difícil. Quanto ao sistema de saúde, Tilly explica um fenômeno americano que acontece de maneira similar no Brasil: “monopólios de treinamento, contratação, dispensação de serviços e fixação de taxas dentro de suas próprias zonas protegidas pelo estado. Ao aplicar os conceitos, criaram-se categorias desiguais, mas nitidamente delimitadas. Com a ajuda do estado e profissional agências regulatórias, consultórios médicos, laboratórios, hospitais, serviços de saúde pública e outros as organizações de saúde assumiram formas padronizadas por meio da emulação.”

Um exemplo de maneiras acessíveis de adquirir atendimento no sistema privado de saúde são as clínicas populares. Resultado da crise financeira e um sucateamento do SUS, essa modalidade ganhou espaço no território carioca, principalmente na Baixada. Diferente dos planos privados, não estão sujeitas à regulamentação. São prestadores de serviços que se juntam e fidelizam o consumidor mediante ao pagamento de uma prestação, que funciona com o número de

consultas limitadas, uma rede restrita. Mais barato que os planos de saúde (com planos mensais de 90 a 120 reais) e com um atendimento mais rápido que o SUS, seu público, em maioria, são as classes C e D que buscam garantia de atendimento. Entretanto, o uso de clínicas de saúde particulares populares alivia emergências dos pacientes, mas não significa que eles deixam de sobrecarregar o SUS, pois os pacientes de clínicas populares não vão utilizar leitos privados na rede hospitalar, e sim os públicos.

Publicada em 28 de setembro de 2020, a matéria “A Saúde dos Subúrbios” do DataLabe mostra como as clínicas populares privadas tentam ocupar espaço do SUS nas periferias cariocas. A publicação engloba bairros suburbanos da zona norte carioca: Bonsucesso, Maré, Ramos e Manguinhos. Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e análise feita pela reportagem, existem na área 293 estabelecimentos de saúde. A maior participação é da rede privada, com 83% do total, composta, em sua grande maioria, de consultórios isolados ou clínicas. Isto mostra a dependência que a população local tem de serviços privados de saúde para realizarem um exame ou uma consulta breve. Dentre esses estabelecimentos privados, mais de 50% foram abertos depois de 2015, época que inicia o grande estrangulamento do financiamento do SUS, e que descamba na PEC do teto de gastos, aprovada em 2016.

Portanto, o discurso ‘o SUS está muito sobrecarregado, não temos dinheiro para colocar no SUS, então aumentar os planos de saúde baratos, os planos populares vai desafogar o SUS’, é um argumento vazio, porque as pessoas não deixam de usar o SUS para usar o plano de saúde, principalmente nesses planos baratos e populares com coberturas restritas. Essas questões estão relacionadas com a ideia de Teto de Gastos que significa restringir ao máximo o orçamento do SUS, torná-lo mais precário ainda para que as pessoas tenham que recorrer a outras fontes como os planos populares.

## **4. Contexto pandêmico no Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro na questão da saúde já vivia uma crise que diariamente ocupava jornais e noticiários. Ela inclui muitos fatores complexos, mas está em grande parte associada às dívidas do Município e do Estado do Rio, que levaram a diversos cortes de pagamentos ao longo de 2019. Neste cenário, entra em cheque além do pagamento dos funcionários a capacidade dos governos de arcarem com as despesas infra estruturais dos hospitais e postos de saúde na cidade. Esse cenário de falta de recursos, juntamente com a má gestão ao longo dos anos, corroborou para que determinados tipos de atendimentos prestados à população tivessem baixa capacidade e qualidade, como: indisponibilidade para cirurgias (exceto emergenciais) e internação; o que reflete a falta de leitos para tais procedimentos.

Como dito até aqui, a desigualdade de renda se mostra na dependência exclusiva do SUS pela maior parte da população. De acordo com o Mapa da Desigualdade 2020, divulgado pela Casa Fluminense, a proporção de leitos hospitalares, incluindo clínicos, cirúrgicos, pediátricos e obstétricos públicos disponíveis para cada 10 mil habitantes é de 10,5 no município (dezembro de 2019). Contudo, o problema da capacidade de atendimento também engloba questões para além das administrativas: até 2009, o atendimento público de saúde na cidade era focado principalmente nos hospitais de grande porte, o que levava à lotação deles. A Iniciativa RioMais (2020, no projeto focado nas políticas públicas no Rio de Janeiro), fala que a centralização hospitalar agrava a capacidade de atendimento. Para Billings et al (1993) e diversos outros, a prevenção de doenças é o primeiro passo para a promoção da saúde (fato também trazido pela RioMais).



Até 2019, as Doenças de Condições Sensíveis à Atenção Primária eram responsáveis por cerca de 30% das internações do SUS (conforme o artigo de Santos et al. de 2018), ou seja, da utilização desses leitos. São doenças que, basicamente, poderiam ser evitadas com higiene e saneamento, e acompanhamento médico prévio. A prevenção dessas doenças se dá com água tratada, saneamento básico, e acompanhamento da população com fim de descobrir previamente determinadas doenças (como o programa Saúde da Família, implementado com o objetivo de mudar esse número). Contudo, este dado mostra como a ocupação dos leitos do SUS na cidade poderia ser reduzida através da ação do Estado com políticas públicas voltadas a esses aspectos, sendo a falta d'água corriqueira em vários bairros e comunidades da cidade.

Cátia Guimarães cita que em dado momento da Pandemia, com a ainda maior demanda a ser atendida pelos municípios, alguns chegaram a ter 100% dos leitos públicos de UTI ocupados; e o Rio de Janeiro “produziu um protocolo para definir quem teria prioridade de acesso aos leitos na terapia intensiva”. O manifesto de Leonardo Matos reivindicando leito para todos (maio de 2020) destaca que 55% dos leitos de UTI do Brasil estão na rede privada, porém apenas 25% da população é atendida por esse sistema. Na cidade do Rio, Guimarães destaca o trecho do manifesto que aponta os leitos vazios em hospitais privados e federais, enquanto os hospitais municipais e estaduais não conseguem suprir a demanda por atendimento. Noticiado pela ABRASCO, uma das mentoras deste manifesto, Pedro Serrano (outro coordenador do projeto) afirma: “Não tem sentido tratar de forma diferente vidas que são iguais. Uma vida que tem plano de saúde não pode valer mais que a vida que não tem.”.

Portanto, entra cada vez mais em pauta os problemas administrativos e gestores na saúde no país, assim como de políticas públicas voltadas à prevenção de doenças. A contraposição entre leitos vazios e filas para atendimento, o público dependendo do privado tanto no aluguel de leitos hospitalares quanto no processo de contratação das OS's (que atuam na gestão de determinados hospitais, postos de saúde e clínicas da família no Rio de Janeiro), evidenciam um problema que deve ser solucionado; assim como o número de leitos ocupados por problemas de saúde associados à falta de atenção primária. E o caminho para resolução depende da ação do poder público de forma conjunta em suas três esferas, no entanto, e conversando com o privado: ou na reformulação dos contratos atuais ou na maior independência do setor público. É importante ressaltar que, tal como fala Thomas Piketty em World Inequality Report 2018, o crescimento do capital privado com decréscimo do público gera desigualdade pois possibilita a exploração. Além disso, políticas de saneamento, tratamento de água, e programas que distribuem materiais de higiene e ensinam sobre sua importância também são necessários, favorecendo programas como a Saúde da Família.

Entretanto, é essencial a disponibilidade de recursos que, de acordo com Telma Menicucci, é um dos fatores fundamentais para o sucesso de políticas públicas. Desastres que ocorrem, como o Hospital Federal de Bonsucesso, que pegou fogo em 27 de outubro de 2020, mostram como casos de problemas já previamente anunciados, não são solucionados muitas vezes devido à falta de recursos. Uma vez que se vê diversos escândalos de suspeitas de desvios de verbas no Rio (Estado e Município), há uma preocupação em se aumentar o dinheiro alocado. Dessa forma, é necessária principalmente uma reforma administrativa que garanta a gestão eficiente dos recursos com a efetividade de punições de acordo com as leis.

## 5. Conclusão

A partir do que foi supracitado, é importante refletir sobre como melhorar o funcionamento do SUS. Tendo em vista que mais de 70% da população brasileira depende somente deste serviço, é necessário melhorar na capacidade de atender a população com maior e mais eficiente alocação de recursos. Hoje o SUS depende muito do privado e a melhor alocação dos recursos financeiros, a partir de uma reforma administrativa com coordenação das três esferas do Estado, permitiria que o sistema público de saúde se tornasse mais independente, por exemplo, aumentando a produção de leitos ao invés de alugar.

Além disso, o próprio Estado se apresenta como vetor de desigualdades. Ele teve papel importante ao longo do processo de implementação do SUS através das políticas prévias citadas que não motivaram o pensamento coletivo (adotando uma postura inversa a publicista) e ainda hoje através, por exemplo, através do subsídio fiscal indireto que financia o sistema privado, e continua desestimulando a luta de usuários de plano de saúde pelo SUS. O fim disso poderia proporcionar uma maior mobilização da população em defesa e reconhecimento dos serviços oferecidos com integralidade. Maior apoio político também seria fundamental para melhorar a imagem que se passa do SUS (tanto pela mídia quanto pelo próprio Estado), assim não haveria respaldo político nas narrativas negativas.

Com os recursos do serviço público de saúde disponibilizados e evidenciada a ideia de integralidade do sistema, o número de planos privados tende a diminuir. Assim, este serviço seria utilizado de maneira para qual foi criado: complementar e pontual. O serviço privado custa caro e gera muitos problemas ao seu cliente e consumidor como baixa taxa de cobertura e alta demanda que resultam em um desempenho ruim levando mais pessoas a buscarem o sistema privado de saúde. O número de inadimplência é outro ponto de piora em decorrência da crise financeira atual e favorece o aumento dos prestadores de serviço que fidelizam o cliente (paciente) com um contrato de saúde mais barato e acessível.

É um serviço desregulado e que cria monopólios de atendimento com menor qualidade e fixação de taxas, além de oferecer um atendimento limitado. Portanto, reforçam a desigualdade e a tornam persistente. Contudo, ainda assim não conseguem “desafogar” os SUS, e mantêm, juntamente a outros fatores, o processo de precarização da saúde pública. Superação passa pela devida atenção às necessidades do SUS e/ou um maior regulamento frente aos planos privados, não permitindo o esgotamento do sistema público que continua sobrecarregado e sem o devido reconhecimento da população.

A Pandemia do Covid-19 enfatiza a desigualdade que já era vivida no Rio de Janeiro. A falta de Atenção Primária favorece a lotação dos hospitais e ocupação de leitos. Por isso, primeiramente é preciso focar nas políticas de prevenção (como o Saúde da Família) e aplicação de políticas públicas de tratamento de água e saneamento básico; depois implementar ação do poder público de forma conjunta em suas três esferas na alocação dos pacientes para desafogar as filas de atendimento, atuando para independência de aluguéis dos leitos de hospitais privados; e, por fim, a disponibilidade de recursos para ampliação da capacidade e da qualidade de atuação do SUS.

## 6. Referências Bibliográficas

MENICUCCI, Telma M. G.[2009] “O Sistema Único de Saúde, 20 anos: Balanço e Perspectivas”, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(7), Págs:1620-1625.

GUIMARÃES, Cátia. Especialistas analisam a disponibilidade de leitos no país e discutem possibilidades. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/especialistas-analisam-disponibilidade-de-leitos-no-pais-e-discutem-possibilidades>> Acesso em: 31 de Outubro de 2020.

Manifesto Leito para Todos reivindica regulação unificada de leitos pelo SUS. Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/manifesto-leito-para-todos-reivindica-regulacao-unificada-de-leitos-pelo-sus/48054/>> Acesso em: 01 de novembro de 2020.

PIKETTY, Thomas; ALVAREDO, Facundo; CHANCEL, Lucas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. “World Inequality Report 2018”, Págs: 154-195.

Defenda o SUS: a atenção primária no Rio | RioMais Políticas Públicas. Canal da Iniciativa RioMais. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=5AskLuw-B8I&t=4s&fbclid=IwAR3Y\\_boStP7rdOB4oMhK5Fxtm3m-EnFVasmpPIFm1fe6lkvXNdJwkqJ9kt4](https://www.youtube.com/watch?v=5AskLuw-B8I&t=4s&fbclid=IwAR3Y_boStP7rdOB4oMhK5Fxtm3m-EnFVasmpPIFm1fe6lkvXNdJwkqJ9kt4)>. Publicado em 13 de novembro de 2020. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

TILLY, Charles. “Durable Inequality”. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, California. 1998. Pg. 129.

ROZA, Gabriele; MOTA, Paulo; NOEL, Nicolas. A saúde dos subúrbios: Clínicas populares privadas tentam ocupar espaço do SUS nas periferias. 28 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://datalabe.org/clinicas-populares-privadas-tentam-ocupar-espaco-do-sus-nas-periferias-do-rio/>> Acesso em: 01 de dezembro de 2020.

# **Desigualdade educacional na Maré: um estudo sobre sua co-constituição como território no Rio de Janeiro**

Ana Clara Quaresma e Mariana Resende de Paiva

## **1. Introdução**

O Complexo da Maré é um bairro localizado na Zona Norte da Capital Fluminense, que tem em sua constituição 16 favelas. Seu território é composto por aproximadamente 140 mil pessoas, porém apenas 0,93% se formou no ensino médio, segundo dados do Censo Maré de 2013. O Rio de Janeiro, por sua vez, vem tendo o aumento percentual de estudantes de graduação concentrados no setor público e o aumento da frequência de crianças no ensino fundamental (IBGE, 2011). Visando este cenário, buscamos explorar a discrepância de escolarização da Maré se comparada ao Rio de Janeiro através da relação constitutiva Rio/Maré. Para tanto, exploraremos a formação carioca da Maré, sua composição territorial e social, levando em conta a pandemia causada pelo Covid-19. Como referencial teórico, usamos teorias desenvolvidas pelo professor e pesquisador Marcelo Baumann Burgos, que busca entender as origens do conceito “favela” e seu impacto na população local.

## **2. Construção do Território: o Complexo da Maré**

### **2.1. Formação da Maré**

Burgos (2005) afirma que a categoria “favela” surge a partir de seu relacionamento com a cidade e exprime uma configuração ecológica particular, ou um microsistema cultural próprio. Podemos observar este microsistema brevemente examinando o Complexo da Maré e sua constituição. No início, a Maré configurava-se como um arquipélago de nove ilhas na Baía de Guanabara, lar de pescadores. Em 1946, houve a construção da Avenida Brasil, que a atravessa, o que possibilitou maior industrialização da área e moradia de pessoas. Logo após, houve uma seca no Nordeste que estimulou a vinda de migrantes ao Rio de Janeiro e muitos deles decidiram residir na Maré devido aos custos mais baixos. À medida que a migração se intensificou, a população da região cresceu, porém permaneceu sem grandes subsídios ou atenção do governo. Nos anos 50 e 60, projetos de modernização da Zona Sul carioca focaram na remoção

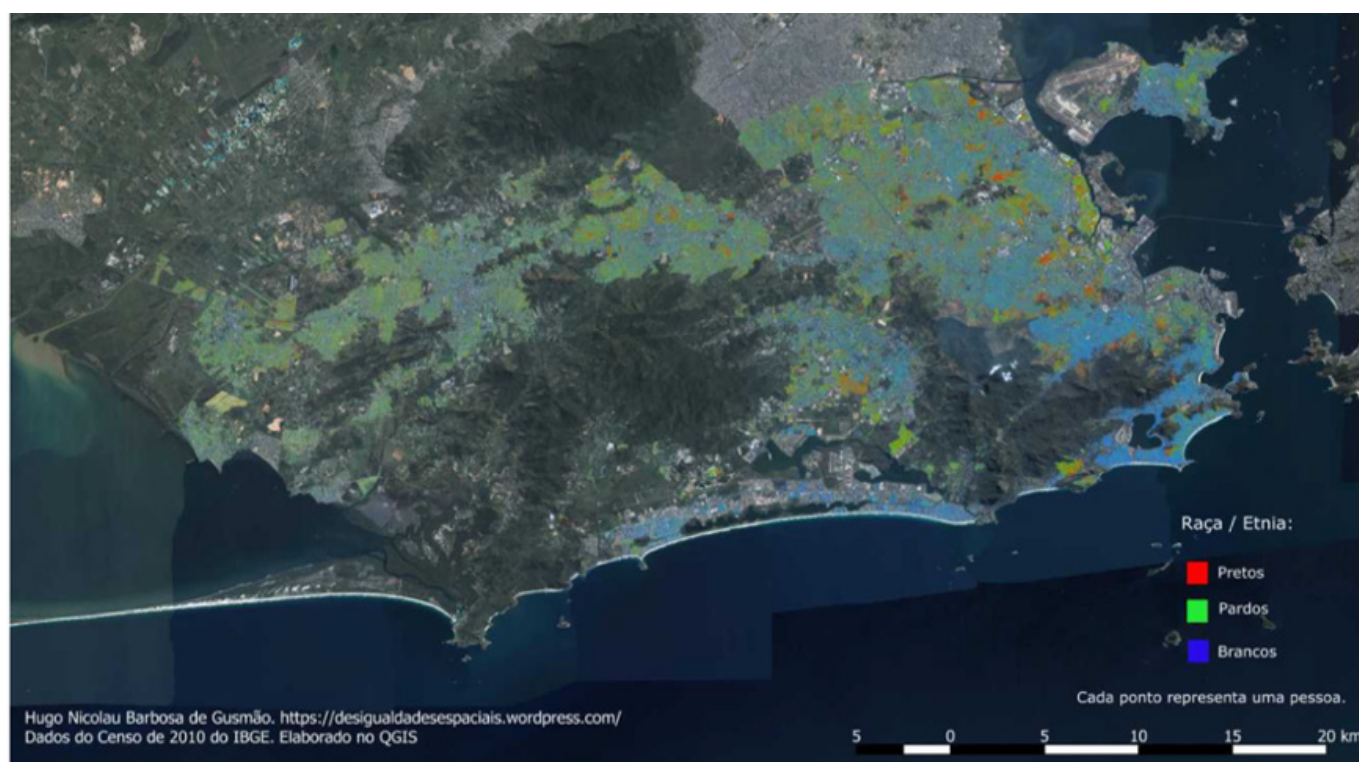
de favelas, o que gerou uma nova onda de expansão populacional da Maré. Nos anos 90, o Complexo já era formado por 6 favelas, de tal forma que a Prefeitura do Rio declarou o Bairro da Maré como a 30ª região administrativa do Rio de Janeiro.

A Maré foi em grande parte resultado de políticas de abandono e despejo de moradores, porém o menor investimento econômico por parte do Estado deu vazão há uma economia de serviços e vendas próprio. Surgiu ali um microssistema não só de consumo, mas de instituições locais que passaram a interagir com as instituições da cidade como meio de reivindicar direitos básicos como saneamento e educação para os moradores. O território também observou uma crescente movimentação do tráfico de drogas e armas, com traficantes e milícias assumindo o papel de organizadores sociais. Atualmente, a sua população é majoritariamente composta por pessoas negras ou pardas (62,1%), seguidos de brancos (36,6%), indígenas e amarelos (1,3%).

## 2.2. Fragmentação social e territorial

Ao olharmos para a estrutura do Rio de Janeiro, podemos observar uma fragmentação clara dos bairros de acordo com a raça, dado exposto por Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão (2010):

*Figura 1: Mapa Racial da Cidade do Rio de Janeiro*



Fonte: <https://desigualdadesespaciais.wordpress.com>

Esta fragmentação geográfica não só é visível na dicotomia Zona Sul/Oeste e Zona Norte/Centro, como reflete quais áreas terão maior acesso aos investimentos do governo. Como uma parte constitutiva do Rio, a Maré não escapa dessa configuração. A sua ocupação espacial predomina nas encostas, margens de rios e periferias - marcada pela escassez de infraestrutura e pelo valor imobiliário relativamente baixo. Como resultado, há uma grande preocupação com questões como educação, saúde, saneamento básico e infraestrutura, que recebem pouco investimento. Neste âmbito, Camila Lima e Silva de Carvalho (2018) demonstram como dentro



das próprias comunidades há variações em termos de nível socioeconômico. Porém, os locais com maior prosperidade financeira e melhores condições possuem uma maior quantidade de indivíduos brancos.

No cerne dessa discussão estão as questões relativas ao direito à moradia digna, cidade, e o entendimento de que uma casa vai além de mero acesso a abrigo. A falta de participação do Estado obriga os moradores a desenvolverem sua própria forma de se relacionar com o entorno e com os vizinhos. Nas favelas, a ausência de regras rígidas e a possibilidade de modelar taticamente o espaço de acordo com a vontade acaba por aumentar o senso de apropriação e pertencimento. Os espaços auto-construídos permitem novas interpretações urbanas e novas relações sociais, constituindo elementos de potencialidade e não de mera precariedade. Como resultado, o valor da comunidade se torna imenso para um segmento da população que deve lidar com a ineficiência e desigualdade das políticas e a escassez de serviços urbanos básicos.

### **3. Educação na Maré**

Burgos (2005) argumenta que quando o Estado se faz deficiente, a própria comunidade surge para suprir necessidades básicas. A atual deficiência fez com que moradores se juntassem e formassem à Redes de Desenvolvimento da Maré, uma instituição da sociedade civil cujo objetivo é promover o desenvolvimento da região e mudar os indicadores sociais e de violência. Essa instituição possui diversos projetos nos eixos ‘arte, cultura, memória e identidade’, ‘desenvolvimento territorial’, ‘direito à segurança pública e acesso à justiça’ e ‘educação’, além de um censo próprio com intuito de visibilizar a realidade local.

Há um projeto no eixo educacional chamado de Rede de Desenvolvimento da Maré que tem como função possibilitar a escolaridade e a qualificação profissional dos moradores da comunidade através de projetos pedagógicos independentes. Embora ele tenha contribuído para um aumento de escolaridade na comunidade, seu alcance não supre todas as dificuldades dos cidadãos.

O Brasil passou por transformações importantes quando falamos do enfrentamento das desigualdades por meio de políticas de inclusão social. As oportunidades de inserção nos estratos médio e alto da sociedade são resultados da ampliação do acesso da população negra ao ensino médio e superior. Neste último nível de ensino, a inclusão deveu-se às políticas de ações afirmativas de recorte social e racial e à expansão do próprio sistema de ensino superior.

De acordo com os dados censitários, em 2000 a proporção de estudantes de 15 a 17 anos pretos e pardos que frequentavam o ensino médio era, respectivamente, de 28,3% e 31%. Em 2010, esses percentuais passaram a 49,7% e 53,7%. Porém, os dados também revelam que, embora tenha ocorrido uma queda significativa das desigualdades raciais, elas ainda persistem, com maioria branca no sistema de ensino (LIMA, 2018).

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base na Pnad- 2007, realizou projeções para a diminuição da desigualdade racial e apontou que seria necessário manter o mesmo ritmo de queda durante ao menos quarenta anos para que se consolidasse uma sociedade racialmente mais igualitária. No que diz respeito ao mercado de trabalho, houve um crescimento expressivo da participação dos negros com nível superior. Entretanto, quando se analisam os retornos do investimento em educação superior, observa-se que o aumento da escolaridade foi importante, mas não decisivo, para diminuir a desigualdade racial.

Observando a inserção no mercado de brancos e negros com nível superior, a população negra tende a ficar em cargos mais baixos e receber menos. Esses dados apontam para uma forte rigidez social no Brasil dependente de raça/cor que resulta em menor chance de mobilidade socioeconômica e maior desigualdade salarial entre os mais escolarizados. Raça, portanto, é um critério que configura a estratificação no acesso aos níveis mais altos de ensino e no retorno de investimentos educacionais.

Estes fatores se agravam quando levamos em consideração que, segundo o Censo Maré (2013) a idade que se assume a liderança em uma casa na Maré costuma ser entre 20 e 25 anos, ao passo que no Rio de Janeiro a idade padrão é 30 e 35 anos. Além disso, 1 a cada 4 jovens da comunidade entre 15 e 29 anos é pai ou mãe. Em outras palavras, os jovens que vivem nas comunidades habitam um ecossistema no qual eles precisam assumir responsabilidades da casa e do cuidado de crianças mais cedo, o que faz com que eles tenham uma maior dificuldade de se manter em escolas.

A rede de escolas municipais oferecida pelo Estado também representa uma barreira à educação. Segundo Akemi Nitahara (2019), existem 44 escolas municipais no Complexo da Maré e destas apenas quatro oferecem Ensino Médio, sendo que duas são no período noturno. O quadro se agrava se levarmos em consideração a pandemia em decorrência da COVID-19. Apenas 36,7% dos domicílios possuem acesso à internet, o que difere da média carioca, na qual 90% dos cidadãos possuem acesso (Censo Populacional da Maré, 2013). Além disso, a maioria das companhias telefônicas, como Tim, Oi e Vivo, não possuem alcance na Maré. Como resultado, em 2019, apenas 18,06% das pessoas no distrito completaram o ensino fundamental, 18% completaram o ensino médio e 0,93% completaram a graduação (NITAHARA, 2019).

Historicamente, a educação se configura como uma forma de combater a desigualdade ao alavancar indivíduos socialmente, concedendo-lhes uma maior renda e melhores condições de vida. Porém, o que observamos é uma ausência das instituições responsáveis e conjunto de práticas sociais e problemas de infraestrutura que aprofundam as desigualdades e dificultam o acesso ao ensino.

## **4. Recomendações Finais**

Estas desigualdades são dificilmente solúveis, então propomos agora um exercício de reflexão que tem por fim abrir caminhos, porém sem oferecer definitivas respostas. Para que haja mudança no atual cenário de estratificação racial e socioeconômica, é preciso repensar o sistema de ensino. Segundo Michel Foucault (2005), a sociedade é formada por discursos de verdade que mudam de época em época. Esses saberes afirmam que as desigualdades entre os indivíduos em nossa sociedade são resultantes de méritos e esforços pessoais, ocultando a natureza sócio histórica e política das disparidades sociais.

O pensamento de que o fracasso de uns e o sucesso de outros é resultado do potencial natural de cada um e de que o esforço pessoal é o único critério legítimo de seleção educacional e social se encontra até hoje enraizado nas concepções educacionais brasileiras. No entanto, grande parcela de jovens das camadas pobres da sociedade continua excluída devido a determinantes históricos, políticos e sociais. É preciso rever o discurso individual e buscar maior reflexão sobre como diminuir a evasão escolar e melhorar as atuais condições de ensino. Medidas parciais ou simples injeção de dinheiro na infraestrutura não serão o suficiente. segundo o coordenador do Núcleo de Pesquisas e Monitoramento de Projetos da organização Redes da Maré, Dalcio Marinho:

“É problemático achar que, uma vez dado o acesso [à internet], é problema de cada um ou de cada família continuar sua trajetória, sem considerar as condicionantes sociais, territoriais, econômicas que vão influenciar nessa trajetória do estudante. Ele não deixa a escola por uma mera opção, existem condicionantes nesse território onde ele vive que vão levar a um abandono da escola em maior proporção do que se vê no restante da cidade.” (NITAHARA, 2019)

Quanto falamos em políticas educacionais, Marinho afirma que é preciso pensar na educação da população adulta, que serve de referência para as crianças. Segundo o coordenador: “Hoje a gente tem o contrário, exemplo de pessoas que abandonaram os estudos cedo e foram para o mercado de trabalho. Isso acaba se reproduzindo ainda geração por geração.” Por fim, é preciso olhar para os dados expostos pela Maré, seus projetos e propostas de soluções, afinal ninguém estará mais apto a entender sobre as dificuldades do local do que os próprios moradores.

## **5. Referências Bibliográficas**

BURGOS, Baumann Marcelo. Cidade, Territórios e Cidadania. Revista de Ciência Sociais, v.48, n.1, p. 188-222. 2005.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução Raquel Malhete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

LIMA, Camila; CARVALHO, Silva de. Escalas de Desigualdade Urbana: Cidade do Rio de Janeiro e as favelas. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, v.1, n.11, p.11-23. 2018.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais no Brasil e suas múltiplas dimensões. Oxfam, 2018. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/publicacao/desigualdades-raciais-no-brasil-e-suas-multiplas-dimensoes/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CENSO Populacional da Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013.

NITAHARA, Akemi. RJ: pesquisa aponta que Maré precisa reforçar educação para jovens. Agência Brasil, 2019.

GUSMÃO, Hugo Nicolau Barbosa de. Mapa Racial da Cidade do Rio de Janeiro. WordPress. 2010. Disponível em: <<http://desigualdadesespaciais.wordpress.com/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.



# Desigualdade Laboral nas Plataformas Digitais de Entrega de Comida

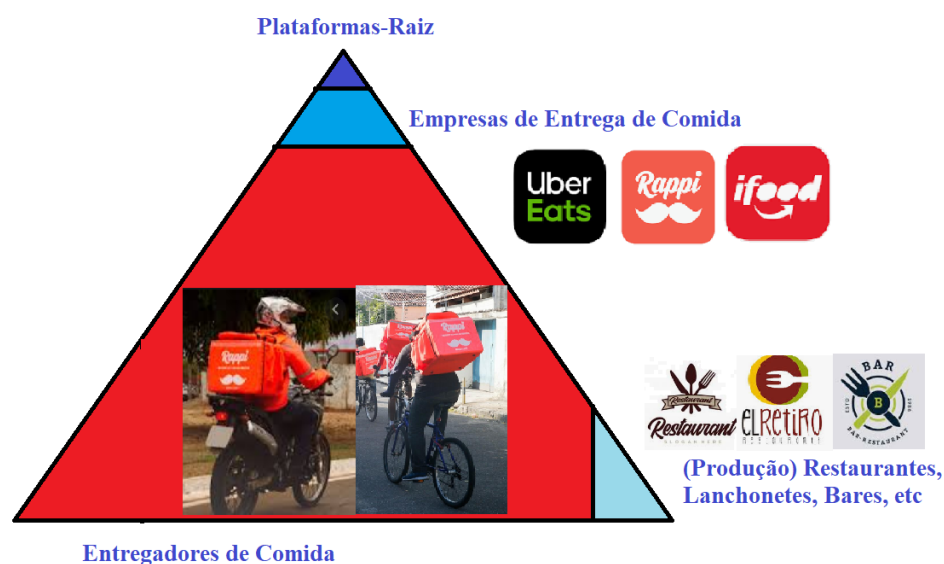
Henrique do Amparo Teixeira Bouço e Cândido Grinsztein Rodrigues

## 1. A estrutura das Plataformas Digitais

### 1.1 Sistemas-Raiz

Antes de mais nada se mostra imprescindível distinguir Capitalismo da Vigilância e Plataformas Digitais, que muitas vezes são usados como quase sinônimos. Segundo Shoshana Zuboff, o Capitalismo da Vigilância não pode ser igualado com quaisquer tecnologias de informação - elas seriam apenas uma metonímia deste. Ele depende da mediação por computador e de algoritmos, mas não se confunde com eles. Opera por meio de plataformas, mas suas operações são mais que estas. A autora deixa clara a sua perspectiva por meio de metáforas na passagem a seguir:

“Surveillance capitalism unique economic imperatives are the puppet masters that hide behind the curtain orienting the machines and summoning them to action. These imperatives, to indulge another metaphor, are like the body’s soft tissues that cannot be seen in an X-ray but do the real work of binding muscle and bone” (Zuboff, 2019, p. 22)



As plataformas de entrega de comida existem dentro de uma estrutura primária, que as torna disponíveis para seus clientes e parceiros. São as plataformas raiz, as lojas de aplicativos das empresas digitais nas quais os usuários de celulares devem ir para realizar suas compras, e onde os parceiros devem baixar e ver os serviços. Para alcançá-los, as plataformas de comida devem montar aplicativos de suas próprias empresas nessas lojas, pagando um preço de ingresso e um aluguel anual. As empresas de lojas de aplicativos são muito poucas, formando um oligopólio: Apple Store, Google Play, Huawei App Gallery. Elas agem como rentistas, pois possuem a propriedade do fator “terra” do mundo digital. Elas ganham comissões para permitir a disponibilidade de aplicativos em suas lojas, e agem como um 1º intermediador entre produtores e consumidores. Possuem em última análise instrumentos de controle dos meios de produção: quais aplicativos e serviços podem ser ou não disponibilizados, e com isso 15 a 30% do valor gerado com uma compra digital é retido pela plataforma. Com restaurantes não é o caso, devido a serem uma compra física por definição, então não pagam nada além do pagamento de entrada e um aluguel anual. Tais valores constituem segredo comercial, firmado em contrato entre as empresas e as plataformas de raiz, logo não se sabe qual é a arrecadação total das lojas digitais.

## **1.2. Origens Históricas da Lógica de Negócio**

As plataformas de entrega utilizam em sua lógica de funcionamento uma combinação de 2 teorias de administração corporativa do século XX, o Taylorismo e o Toyotismo. O Taylorismo é um modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, cujo livro central foi publicado em 1911, e está na origem do gerenciamento contemporâneo. Ele continha várias idéias e princípios para que empresários pudessem gerenciar seus negócios em busca do maior lucro possível, de uma maneira que fosse “científica”, em oposição às maneiras anteriores que se fundaram muito mais nos costumes e inovações ad hoc.

Várias de suas ideias seriam posteriormente desenvolvidas e aplicadas em outras correntes derivadas, como o Fordismo. Para as plataformas de entrega atuais, foi especialmente importante alguns princípios como referência implícita. Em primeiro lugar, o monitoramento contínuo do trabalho, para o exercício de controle do processo produtivo, o disciplinamento e punição de trabalhadores que saíssem da linha ou errassem procedimentos, e a geração de inovações que otimizam o tempo. Em segundo lugar, a singularização das funções na etapa produtiva, em que um trabalhador assume uma única função e a repete continuamente. O Fordismo aplicaria com sucesso tal ideia na montagem da esteira de produção de automóveis, onde um mesmo carro é transportado numa linha reta e vários trabalhadores em sucessão montam uma mesma peça ou componente. Em terceiro lugar, Taylor defendeu a remuneração do Trabalho por Tarefa em substituição ao salário fixo, reconhecendo de forma proeminente que se a remuneração de cada funcionário estivesse ligada à sua produção, sua produtividade aumentaria. Assim, seus planos de compensação geralmente incluíam ganhos por peça produzida.

Uma outra estratégia corporativa importante foi o Toyotismo, desenvolvida no Japão após a Segunda Guerra Mundial. Seus dois princípios principais são a flexibilidade e o Estoque Zero. A empresa deve montar uma cadeia de valor de modo que tudo deve ser produzido, transportado ou comprado na hora exata, para reduzir os estoques e os custos decorrentes. O Fordismo precedente simplesmente buscava produzir o maior volume com o menor custo, e estocava a produção para posterior venda. A Crise de 29 mostrou as contradições desse sistema, com uma crise de superprodução que faliu diversas empresas. Com o Toyotismo, o produto ou matéria prima chega ao local de utilização somente no momento exato em que for necessário. Os produtos somente são montados e fabricados num curto intervalo de tempo, para que sejam

entregues ao consumidor final o mais rápido possível. Busca-se a perfeita conexão oferta-demanda em suma.

Ambos os sistemas tiveram sucesso em seus tempos e lugares de origem, e foram amplamente adaptados ao redor do mundo. A mudança tecnológica foi outro fator dinâmico que possibilitou ou tornou prático adotar ou expandir cada ideia ou princípio, também a depender do setor econômico que for aplicado. As tecnologias de informação e comunicação do século 21 não foram diferentes. Elas forneceram uma infraestrutura que tornou possível um novo modelo de negócio, que se baseia num novo modelo de trabalho, que potencializou todos os princípios acima expostos a um outro nível.

### **1.3. Evolução Contemporânea**

Para as plataformas, o atual maquinário digital, online e portátil disponível nos celulares smartphones possibilitou a vigilância completa de todas as etapas do processo produtivo, desde o pedido do cliente até a entrega final, levando o Taylorismo a um nível máximo. A divisão de funções é entre restaurantes, que produzem a comida, e entregadores, que a leva até os consumidores finais. Existem diversas etapas nas comunicações: clientes fazem um pedido, restaurantes recebem e vão preparar, entregadores são chamados e recebem endereço do cliente e do restaurante, e clientes podem verificar o status do seu pedido. Todo o tempo de duração e movimentos dessas etapas é registrado, como o tempo de preparação dos pedidos, o tempo de entrega e o percurso feito pelo entregador. Houve também o fracionamento do trabalho (e dos pagamentos) ao nível máximo, em monotarefas (fazendo uma tarefa de cada vez), isolando ao nível celular o próprio ciclo do capital produção-circulação-consumo na lógica marxista. Em vez de pagar salários aos entregadores e ter a posse física de restaurantes ou cozinhas, as plataformas os pagam a cada tarefa cumprida no aplicativo, e ainda conseguem monitorar continuamente suas performances, numa terceirização completa e com controle total.

O Toyotismo foi assim expandido a um nível máximo: Toyotismo do Trabalho e do Capital Produtivo. Como as plataformas não possuem contratos de trabalho ou investimentos em ativos físicos (restaurantes, cozinhas, etc), elas possuem total flexibilidade da linha produtiva, que pode “surgir” ou “sumir” a cada pedido feito. Se não há demanda, não há tarefas a distribuir, e não haverá gastos em salários ou gastos fixos em meios de produção. Na prática, as plataformas dependem de trabalhadores e restaurantes formando um exército industrial de produtores e transportadores de reserva. Enquanto pedidos não são feitos, ficam reservados a custo zero, e são ativados quando um pedido é feito, sendo gerado uma tarefa a cada membro para ser cumprida (enquanto o algoritmo vigia atentamente seus tempos e movimentos).

Os algoritmos, moldados pelas empresas, permitem controle total dos meios de circulação do capital, ou seja, tudo que envolve a conexão oferta-demanda ou a conexão entre produtores e consumidores. Através disso, as empresas possuem recursos de poder para afetar todas as etapas do ciclo (os produtores, os trabalhadores na circulação, e os consumidores), de modo a maximizar o lucro privado e sua acumulação de capital. Em primeiro lugar, os pedidos feitos nas plataformas devem pagar uma comissão de 30% sobre o valor total, ficando o resto para os restaurantes na maioria e uma quantia marginal para os entregadores. Mas os restaurantes ainda devem pagar uma comissão fixa mensal às plataformas, assim como os entregadores devem pagar para comprar equipamentos das plataformas (a caixa de entregas, etc) e os equipamentos que vão usar no transporte (bicicleta, moto, capacete, etc).

Além das comissões, o sistema do algoritmo permite um grande poder de pressão para poder extrair renda de entregadores e restaurantes parceiros. Os entregadores possuem pagamentos

flexíveis e pedidos alocados em quantidade não previsível, sujeitos às leis de mercado e decisões da empresa, com comissões diminuindo ou aumentando imediatamente, sem transparência, estabilidade ou previsão. Houve a montagem de um Sistema de Pontuação da performance para restaurantes e entregadores, cuja função é segmentar, dividir e escolher quem receberá pedidos, privilégios e punições. Tudo depende da escolha da plataforma, que é programada no algoritmo secreto para otimizar um ranqueamento de discriminação.

Os privilégios podem ser concedidos mediante critérios escolhidos: O restaurante que aparece com mais destaque no aplicativo (sendo o espaço de ouro o início das listas, e em anúncios pop-up no app) recebe mais visibilidade e portanto mais pedidos, a depender das métricas promovidas pela empresa. São várias: Aceitar ordens no menor tempo, preparar comidas no menor tempo, menor taxa de erros e menor taxa de cancelamentos dos pedidos; Aceitar fazer promoções planejadas pela Plataforma (compre X, ganhe Y, X reais de desconto no 1o pedido, bebidas de graça acima de Y), mesmo com o menor rendimento que isso implica.

Os privilégios para entregadores são diferentes: Entregadores recebem pedidos com maior valor total e em áreas desejáveis (com distâncias médias mais curtas, num bairro mais seguro, etc) de acordo com o rendimento e número de horas trabalhadas. Isso incentiva a fidelização e confiabilidade da mão de obra, que se torna disponível por longos intervalos de tempo.

O sistema de punição também fornece incentivos e instrumentos de controle. As plataformas podem excluir restaurantes e demitir entregadores imediatamente e sem dar explicações. Há casos de entregadores excluídos após reclamarem com a empresa, ou participarem de atos políticos, ou após reclamações de clientes (sem poderem responder a isso), etc. Fora isso, restaurantes podem subir ou despencar das listas de categorias, perdendo visibilidade e diminuindo o número de pedidos, etc.

As plataformas começaram inclusive a tentar solapar os restaurantes parceiros, com investimentos sendo realizados para formar restaurantes virtuais (dark kitchens) e novos parceiros exclusivos. Através da sua Base de Dados acumulada, as plataformas enxergam quais produtos são consumidos numa área, em qual grandeza, e identificam espaços de oportunidade onde há muitos consumidores de determinados tipos de comida, mas com restaurantes deste tipo mais distantes. Então elas firmam parcerias com empresários locais que abrem uma cozinha especializada ou multiuso (um estabelecimento sem os custos fixos de cadeiras, garçons, etc), que só estarão disponíveis na plataforma, enquanto a nova marca é ativamente promovida no aplicativo em detrimento dos restaurantes locais.

O algoritmo possibilitou as plataformas montarem um sistema de produção bastante segmentado, em que todas as etapas da cadeia de produção são constantemente vigiadas nos seus tempos e movimentos. Além disso, montaram um extenso sistema de vigiar e punir baseado na máxima lucratividade, em que restaurantes e entregadores devem competir constantemente para subir num ranqueamento e receberem pedidos, enquanto aceitam os condicionamentos escolhidos pela plataforma.

## 2. Precarização do Trabalho e o Imperativo da Flexibilidade: O caso dos entregadores de plataforma

As novas empresas de plataformas digitais se encaixam numa tendência ampla. Na última década vem ocorrendo um fenômeno que vem mudando o mundo do trabalho, tornando as relações trabalhistas cada vez mais fluidas e menos estáveis, os contratos mais efêmeros e as leis trabalhistas mais flexíveis - tudo isso em nome da redução do custo do trabalho, que vem acompanhada de uma suplantação de direitos. Esse processo que vem progressivamente se aprofundando é denominado de “uberização” do trabalho implica numa ultra-precarização deste, na medida em que ele exige o empregador de várias responsabilidades (possibilitando a redução de seus custos) para com o trabalhador, que passa a ser visto como um colaborador e não como um contratado, detentor de direitos. Este processo marca o fim da reciprocidade entre empregador e trabalhador e joga para escanteio as redes de proteção, que já vinham passando por uma programada erosão e já eram muito incipientes.

Essa “nova” modalidade de trabalho possibilitada por um novo modelo de negócio que está alicerçado nas plataformas digitais é caracterizada pela realização de trabalhos pontuais - como levar um produto do ponto A ao ponto B - por trabalhadores sem qualquer vínculo empregatício ou qualquer suporte de redes de proteção. O “novo” trabalho é remunerado exclusivamente pela produtividade. Muitos dos profissionais que trabalham dentro desta lógica têm que lidar constantemente com um tempo de espera para ser chamado a desempenhar sua tarefa. Obviamente este tempo, que é ditado por um algoritmo, no qual o trabalhador se faz disponível e realiza o acompanhamento de notificações de serviços no aplicativo da plataforma sob a qual ele opera, não é computado como tempo de trabalho, logo ele não monetiza em cima deste tempo que ele se mantém disponível. Ser chamado para um serviço, dentro desta perspectiva, é um privilégio.

Os contratos de trabalho como os conhecíamos não tem sentido no contexto da “uberização”. Tal perspectiva de não correspondência entre o contrato tradicional, mediado pelo Estado, e o contrato mediado por máquina no contexto das plataformas digitais é avançada por Zuboff, na medida que a autora denomina tal relação de “não contrato”, pois ela quebra com a concepção do Estado como instância mediadora (Zuboff, 2015, p. 81). O bypass do Estado pelas plataformas digitais anda lado a lado com a flexibilização das leis trabalhistas e está, como Shoshana Zuboff aponta, ligado ao conceito de ordem ampliada proposto pelo economista neoliberal Hayek, que pode ser definido como uma “ordem que suplanta a autoridade política legítima creditada ao Estado” (Zuboff, 2019, p.42).

Muitos indivíduos são seduzidos pela falsa ideia de liberdade que ronda sobre o trabalho dentro da lógica da uberização. Acreditam que se tornaram empreendedores “donos de si”, que não precisam bater ponto e que estipulam o próprio horário, contudo aos poucos percebem que se tornaram de fato reféns de uma plataforma que tem a detestável conduta de remunerar o mínimo que ela puder o trabalho dos contratados.

Os entregadores de plataformas digitais são o exemplo mais emblemático de uberização do trabalho. Eles não têm renda fixa, ganhando apenas baseado em sua produtividade. Pelo fato das entregas serem mal remuneradas, os trabalhadores acabam por prolongar sua jornada de trabalho até onde aguentam. Trata-se da auto imposição de uma produtividade exaustiva, que é suscitada pelas operações algorítmicas, mas que, em última instância, é fruto da decisão (altamente condicionada) de estender a jornada. O algoritmo passa, nesse contexto, a poder



ser entendido como detentor de um poder de regulação sobre a mão de obra que realiza serviços através de plataformas digitais.

Acreditamos portanto que o caso dos entregadores de plataforma se configura como um aprofundamento da precarização do trabalho ampliada pelo fenômeno da uberização do trabalho, marcado pela ausência de garantias e direitos trabalhistas e limites à exploração em função de ainda não existirem leis que regulamentem tal modalidade de trabalho de maneira substantiva. Em suma, as plataformas se beneficiam de contextos de alto nível de desemprego e ausência de perspectiva de recolocação no mercado: grande excesso de mão de obra disponível e “desesperada” (MORAES, 2020).

### **3. Pandemia e seus efeitos**

No atual cenário de pandemia do coronavírus, os determinantes sociais da saúde nos ajudam a entender taxas de contágio e mortalidade diferenciadas entre diferentes setores da população que apresentam diferenças no nível de acesso no sentido mais amplo. Graus diferenciados no acesso a determinados bens, informação, infraestrutura (saneamento especialmente) vai afetar diretamente na possibilidade de sobreviver a pandemia e isto revela a face mais feia da nossa tão naturalizada desigualdade. As desigualdades de acesso ao saneamento no atual momento, se configuram como uma variável importante para entender a lógica distribuição espacial da covid-19 no Brasil, pois o saneamento básico é uma condição para a higienização necessária para evitar a contaminação.

Atualmente, em meio à pandemia da Covid-19, fica escancarada a desigualdade laboral no que tange a susceptibilidade de se infectar. O setor profissional desempenhado tem influência muito significativa, pois alguns deles são considerados atividades essenciais que não podem parar e dessa forma os indivíduos que estão envolvidos nelas correm maiores riscos de contaminação. Obviamente os médicos e enfermeiros são os que estão mais vulneráveis, porque além de circularem tem que conviver e tratar pessoas contaminadas diariamente.

Os entregadores de serviços mediados por aplicativos também estão desproporcionalmente (em relação ao resto da população) vulneráveis ao contágio, que se configura como uma nova dimensão de precariedade que caracteriza a sua atividade, na qual ele não tem nenhuma proteção – está por conta própria. Ao contrário dos médicos e enfermeiros, além dele ter que prolongar a sua jornada para conseguir a sua subsistência mais básica, expondo-se assim mais às possibilidades de contágio, ele não conta com qualquer amparo do empregador caso ele fique doente. se ele adoecer, simplesmente não é remunerado, pois só recebe enquanto estiver fazendo dinheiro para a plataforma por meio da prestação de serviços pontuais

Os entregadores em muitos casos não só facilitam, mas tornam possível a realização de home office de muitas pessoas. Estes trabalhadores que não podem se dar ao luxo de entrar em isolamento social, pois precisam do dinheiro para se alimentar, também têm sido acometidos pela covid-19 em maior grau em relação aos indivíduos que têm o privilégio de poder realizar home office.

Além disso, a pandemia tem provocado uma dinâmica marcada pelo aumento dos entregadores e da demanda por entregas tem feito cair os rendimentos pois, em função do aumento do nível de desemprego promovido por ela, muitos indivíduos que perderam seus empregos optaram por se colocar rápido no mercado e viraram entregadores, ao mesmo tempo o número

de entregas aumentou em função do distanciamento social (Boni, 2020). Ocorreu assim um aumento muito acelerado do número de entregadores, que pressiona a remuneração para baixo e aumenta o tempo de espera para os serviços.

Assim, por não terem tido opção de parar, em função de ganharem exclusivamente por produtividade, por facilitarem o Home - Office alheio e por, no processo, ficarem expostos de maneira desigual ao contágio na pandemia, podemos dizer os entregadores de plataforma estão sendo verdadeiros heróis involuntários na pandemia da Covid-19

Empresas que ganharam numa crise ?

Estar disponível indefinidamente para a possibilidade de ser chamado a realizar um serviço é uma das facetas mais cruéis da profissão de entregador de plataformas digitais. O lazer pleno para eles deixa de existir em certa medida e o tempo que eles ficam disponíveis e não são acionados, além de não ser remunerado, é um tempo que não volta

Concluindo, o fato é que no período de quarentena o nosso tempo online (especialmente o meu) aumentou exponencialmente. Sendo nós, os indivíduos, enquanto donos de uma subjetividade, de fato o produto no capitalismo da vigilância, quanto mais tempo passamos nas redes sociais, mais elas aprendem sobre nós e melhor direcionam conteúdo para nós, possibilitando em última instância uma maior monetização em cima desse conhecimento acerca do usuário através de uma publicidade altamente específica para cada usuário. Dessa forma, a pandemia parece ter caído como uma luva para as empresas que lideram essa atual fase do capitalismo que vivemos.

## **4. Referências Bibliográficas**

MORAES, Roberto. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma, 2020. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/>>. Acesso em: 15 dez. 2020

ZUBOFF, Shoshana. The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power, 2019

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization, 2015.

## Sobre os autores

**Ana Clara Quaresma, Cândido Grinsztein Rodrigues, Henrique do Amparo Teixeira Bouço, Livia Almeida, Mariana Resende de Paiva, Nathália Rezende, Tatiana Abreu e Tayná Proença** são estudantes da graduação de Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Nesta publicação, desenvolveram uma reflexão sobre as distintas dimensões do problema da desigualdade como exercício final do curso de estudos avançados “Desigualdades e políticas públicas nas sociedades contemporâneas”, ministrada pelo professor Sérgio Veloso dos Santos Júnior.



BRICS  
Policy Center  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS



Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro / RJ - Brazil

Telefone: (+55 21) 2535-0447 / CEP: 22280-020

[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org) / [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)

